

**Fiscal de serviços, Agergs tem quadro reduzido e promessa de fortalecimento**

REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**Sob pressão, Agergs enfrenta desafios**

Agência gaúcha lida com um quadro defasado e aguarda fortalecimento em meio a cobranças por maior fiscalização

**PAULO ESJÍDIO**

paulo.esjidio@zerohora.com.br

Pouco conhecida da população, uma sigla de seis letras começou a ganhar espaço no noticiário a partir da crise na retomada do fornecimento de energia elétrica após o temporal que atingiu o Estado na metade de janeiro.

Encarregada de fiscalizar o serviço prestado pelas distribuidoras, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Agergs) tornou-se alvo de cobrança e recebeu a promessa de fortalecimento em sua estrutura, providência aguardada há anos pelo corpo técnico.

Responsável por garantir o cumprimento de contratos e inspecionar a qualidade dos serviços públicos que não são prestados diretamente pelos governos (rol que vai da energia elétrica a rodovias, passando por saneamento e gás canalizado), a agência reguladora fundada em 1997 nunca teve tantas atribuições como agora.

Diante da onda de concessões, privatizações e parcerias público-privadas deflagradas nos últimos anos pelo governo estadual, a Agergs viu crescer seu campo de atuação sem que a estrutura interna fosse ampliada na mesma proporção. Já considerado baixo, o quadro de pessoal tem mais de 20% dos postos vagos, em razão de salários pouco atrativos e da frequente saída de servidores.

Com a homologação do edital de concessão dos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo, recentemente, chegaram a 11 os serviços monitorados pela instituição. Nos últimos anos, também recebeu a incumbência de regular o setor de gás canalizado, após a privatização da Sulgás, e viu crescer o número de rodovias sob seu escopo, com a concessão da RS-287 e do bloco da serra gaúcha, que tem seis trechos de estradas.

Ao mesmo tempo, convive com a dificuldade de manter funcionários em seus quadros. Os servidores ficaram entre 2006 e 2022 sem qualquer correção no vencimento básico. O congelamento foi atenuado só em 2014, com aumento na gratificação, de 45% para 60% do salário. A remuneração inicial dos servidores, já computada a gratificação, é de cerca de R\$ 8,6 mil, para cargos de nível superior, e de R\$ 3 mil, para os de nível médio. Hoje, das 96 vagas disponíveis, 21 estão desocupadas.



Leite se encontrou em janeiro com a presidente do órgão, Luciana Carvalho, o diretor-geral Francisco José Araújo (de termo, à direita) e Alexandre Jung, gerente de Energia Elétrica

**Atuação é questionada**

Embora a concessão para a distribuição de energia elétrica seja federal, a Agergs é responsável por fiscalizar os trabalhos das empresas do setor no RS em razão de convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Nos dias subsequentes ao temporal de janeiro, que arrancou árvores, derrubou postes e deixou 1,3 milhão de pessoas sem energia elétrica, a agência recebeu uma série de pedidos para ampliar a pressão sobre as concessionárias.

As reclamações partiram de prefeitos, deputados, do governador Eduardo Leite e do Ministério Público. No último dia 7, o chefe do MP, Alexandre Saltz, entregou ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, ofício solicitando que o Ministério Público Federal avalie a atuação das agências reguladoras que fiscalizam as empresas de energia.

– A cobrança é normal, agora um outro comentário que revela

o desconhecimento de nossas funções. Estamos encarando esse episódio como oportunidade de mostrar o que a Agergs faz – diz a presidente do órgão, Luciana Luso de Carvalho.

Após o temporal, foi aberto processo de fiscalização extraordinário, que ainda está em andamento e deverá ser concluído em março, quando estarão disponíveis todos os indicadores de desempenho das distribuidoras referentes ao mês de janeiro. Depois disso, o corpo técnico decidirá sobre a aplicação de penalidades às companhias.

– Concluímos a fiscalização com um relatório, sobre o qual a distribuidora tem oportunidade de se manifestar. A partir disso, decidimos sobre a atuação. Se for pela atuação, o processo segue e pode haver recurso ao conselho superior (da Agergs) e, depois, à Aneel – diz o gerente de Energia Elétrica do órgão, Alexandre Jung.

**Quem são os conselheiros**

• Luciana Luso de Carvalho, presidente da Agergs, (indicação dos funcionários), Algir Lorenzon (governo estadual), Alexandre Alves Porsse (governo estadual) e Paulo Roberto Petersen (concessionárias).

• Há três cadeiras vagas. Uma é a de indicação do governo estadual. O engenheiro Marcelo Spilki já foi aprovado pela Assembleia Legislativa e está em vias de ser nomeado para a função.

**O que é**

• Criada em janeiro de 1997, no governo Antônio Britto, a Agergs tem autonomia financeira e administrativa.

• Fiscaliza serviços que não são prestados diretamente pelo poder público, como saneamento, energia elétrica, concessões rodoviárias, hidrovias e transporte intermunicipal.

• Seu órgão máximo é um conselho superior, que pode ter até sete membros, indicados pelo governo estadual (três), um dos funcionários, um das concessionárias, um dos consumidores e um dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

• Os membros do conselho superior têm mandatos de quatro anos e atuação independente. Atualmente, quatro cadeiras estão ocupadas e as outras três estão vagas.

• A Agergs pode ser procurada pelos cidadãos por meio da ouvidoria, em seu site ou nos telefones 167 (serviços de energia) e 0800-979-0066 (demais áreas).

• Outra é a uma indicação dos consumidores: o governo estadual criou comissão especial para avaliar inscrições. E a terceira, indicação dos Coredes, está sem previsão de preenchimento.

**Falta de pessoal**

Sustentada por taxa cobrada nos contratos de concessão, a Agergs tem orçamento próprio e atuação independente do Palácio Piratini. No ano de 2022, a agência reguladora arrecadou R\$ 34,5 milhões e gastou a metade disso – o restante foi para o caixa do governo estadual.

Seu quadro é formado por diferentes especialistas, como engenheiros, economistas, contadores, administradores e advogados, praticamente todos concursados. Há somente duas servidoras comissionadas, que atuam como secretárias.

A avaliação de que a agência carece de efetivo e de valorização é unânime, compartilhada pela direção e pelos funcionários, ex-integrantes, prefeitos e até mesmo pelo Palácio Piratini.

No ano passado, o governador Eduardo Leite falava em ampliar o quadro da instituição, promessa que foi reforçada e detalhada após o temporal de janeiro. Os projetos de lei com essa providência, entretanto, ainda não foram protocolados na Assembleia Legislativa e estão em fase de ajustes, diz o Piratini.

**“Sucateamento”**

Para o advogado Cláudio Pires Ferreira, presidente do movimento Edy Mussoli de Defesa do Consumidor, os últimos governos estaduais promoveram um “sucateamento” na estrutura, que deve ser revertido.

– O sucateamento e a falta de reposição de quadros contribuem para fiscalização deficiente, e o caso recente da demora do restabelecimento de energia retrata muito bem essa questão. A Agergs tem feito o possível com o quadro que tem – avalia Ferreira.

Atuante na cobrança pelo retorno da energia após o temporal de janeiro, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, faz coro:

– Não tem outro caminho, tem de ter contratações imediatas, muito mais quadros, em todas as áreas. Hoje, ela não tem pernas para fazer o que precisa fazer. Ela pode ter a melhor das boas intenções, e tem, mas precisa de reforço imediato em seus quadros técnicos e ter total independência.

**Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS****Seção: Política Pagina: 8**